ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVII — Nº 150 CAPITAL FEDERAL QUARTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1962

SENADO FEDERAL Subsecretaria do Arquivo

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Cancelamento de convocação de sessões conjuntas

O Presidente do Senado Federal, atendendo à proximidade das eleições que se processarão em todo o País, exigindo a presença dos Congressistas em suas zonas eleitorais, resolve cancelar a convocação, feita em 10 do corrente, das sessões conjuntas que deveriam realizar-se nos dias 26, 27 e 28, também dêste mês, para apreciação de vetos presidenciais.

Senado Federal, 20 de setembro de 1962 — AURO MOURA ANDRADE

MESA

Presidente — Moura Andrade — PSD.
Vice-Presidente — Rui Palmeira — UDN.
Primeiro-Secretário — Argemiro de Figueiredo — PTB.
Segundo-Secretário — Gilberto Marinho — PSD.
Terceiro-Secretário — Mourão Vieira — UDN.
Quarto-Secretário — Novaes Filho — PL.
Primeiro-Suplente — Mathias Olympio — PTB.
Segundo-Suplente — Guido Mondin — PSD.
Terceiro-Suplente — Joaquim Parente — UDN.

LIDERES E VICE-LIDERES

DA MAIORIA

LÍDER

Filinto Müller (PSD).

VICE-LÍDERES

Lima Teixeira (PTB).
Nogueira da Gama (PTB).
Lobão da Silveira (PSD).
Victorino Freire (PSD).
Jefferson de Aguiar (PSD).
Guido Mondin (PSD).
Jorge Maynard (PSP).
Saulo Ramos (PTB).

DA MINORIA

João Villasbôas (UDN).

DOS PARTIDOS

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

LÍDER

Benedito Valladares.

VICE-LÍDERES

Gaspar Veloso.
Victorino Freire.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

LÍDER

Daniel Krieger.

SENADO FEDERAL

VICE-LÍDERES

Afonso Arinos.
Afrânio, Lages.
Padre Calazans.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

LÍDER

Barros Carvalho.

VICE-LÍD. RES

Fausto Cabral.
Arlindo Rodrigues.
Nelson Maculan.

DO PARTIDO LIBERTADOR

LÍDER

Mem de Sá.

VICE-LÍDER

Aloysio de Carvalho.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

LÍDER

Jorge Maynard.

VICE-LÍDER

Miguel Couto.

DO PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

LÍDER

Lino de Mattos.

DO MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

LÍDER

Paulo Fender.

DO PARTIDO REPUBLICANO

LÍDER

Mendonça Clark.
Alô Guimarães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

1 Paulo Coelho — Amazonas.
2 Lobão da Silveira — Pará.
3 Victorino Freire — Maranhão.
4 Argemiro de Figueiredo — Paraíba.
5 Barros Carvalho — Pernambuco.
6 Lourival Fontes — Sergipe.
7 Lima Teixeira — Bahia.
8 Caiado de Castro — Guanabara.
9 Arlindo Rodrigues — Rio.
10 Miguel Couto — Rio de Janeiro.
11 Nelson Maculan — Paraná.
12 Saulo Ramos — Santa Catarina.
13 Nogueira da Gama — Minas Gerais.

Licenciado o Sr. Leônidas Mello — (Piauí). Em exercício o Suplente, Sr. Mendonça Clark (PR).

1 Sebastião Archer — Maranhão.
5 Eugênio Barros — Maranhão.
6 Menezes Pimentel — Ceará.
7 Ruy Carneiro — Paraíba.
8 Jarbas Maranhão — Pernambuco.
9 Silvestre Péricles — Alagoas.
10 Ary Vianna — Espírito Santo.
11 Jefferson Aguiar — Espírito Santo
12 Gilberto Marinho — Guanabara.
13 Paulo Fernandes — Rio de Janeiro
14 Moura Andrade — São Paulo.
15 Gaspar Veloso — Paraná.
16 Alô Guimarães — Paraná.
17 Guido Mondin — Rio Grande do Sul.
18 Benedito Valladares — Minas Gerais.
19 Filinto Müller — Mato Grosso.
20 Juscelino Kubitschek (Licenciado Em exercício o Sr. José Feliciano) — Goiás.
21 Pedro Ludovico — Goiás.

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

1 Mourão Vieira — Amazonas.
2 Zacarias de Assunção — Pará.
3 Joaquim Parente — Piauí.
4 Fernandes Távora — Ceará.
5 Reginaldo Fernandes — Rio.
6 Sérgio Marinho — Rio Grande do Norte.
7 João Arruda — Paraíba.
8 Afrânio Lages — Alagoas.
9 Rui Palmeira — Alagoas.
10 Heribaldo Vieira — Sergipe.
11 Ovídio Teixeira — Bahia.
12 Del Caro — Espírito Santo.
13 Afonso Arinos — (Licenciado. Em exercício o suplente Venâncio Igrejas) — Guanabara.
14 Padre Calazans — São Paulo.
15 Irineu Bornhausen — Santa Catarina.
16 Daniel Krieger — Rio Grande do Sul.
17 Milton Campos — Minas Gerais.
18 João Villasboas — Mato Grosso.
19 Lopes da Costa — Mato Grosso.
20 Coimbra Bueno — Goiás.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

1 Vivaldo Lima — Amazonas.
2 Mathias Olimpio — Piauí.
3 Fausto Cabral — Ceará.

PARTIDO LIBERTADOR

1 Novaes Filho — Pernambuco.
2 Aloisio de Carvalho — Bahia.
3 Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

1 José Maynard — Sergipe.

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL

1 Lino de Matos — São Paulo.

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR

1 Paulo Fender — Pará.

PARTIDO REPUBLICANO

1 Mendonça Clark — Piauí.

SEM LEGENDA

Dix-Huit Rosado — Rio Grande do Norte.

COMISSÕES PERMANENTES

Comissão Diretora

Moura Andrade — Presidente
Argemiro de Figueiredo
Gilberto Marinho
Mourão Vieira
Novaes Filho
Mathias Olympio
Guido Mondin
Joaquim Parente (9)
Rui Palmeira

Comissão de Constituição e Justiça

PSD — Jefferson de Aguiar — Presidente
UDN — Milton Campos — Vice Presidente
PSD — Svlvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Lobão da Silveira
UDN — Heribaldo Vieira
UDN — Afonso Arinos
UDN — Afrânio Lages
PTB — Lourival Fontes
PTB — Nogueira da Gama
PL — Aloysio de Carvalho (11)

SUPLENTES

PSD — 1 Ary Vianna
PSD — 2 Benedicto Valladares
PSD — 3 Gaspar Velloso
PSD — 4 Menezes Pimentel
UDN — 1 João Villasboas
UDN — 2 Daniel Krieger
UDN — 3 Sergio Martinho
UDN — 4 Lopes da Costa
PTB — 1 Barros Carvalho
PTB — 2 Lima Teixeira
PL — 1 Mem de Sá

Reuniões Quartas-feiras às 16 horas
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Economia

PSD — Gaspar Velloso — Presidente
PTB — Fausto Cabral — Vice Presidente.
UDN — Sergio Marinho.
UDN — Fernandes Távora
UDN — Del Caro
UDN — João Arruda
PSD — Alô Guimaraes
PSD — Paulo Fender
PTB — Nogueira da Gama (9)

SUPLENTES

PSD — 1 Eugênio Barros
PSD — 2 Sebastião Archer
PSD — 3 Alô Guimarães
UDN — 2 Ovidio Teixeira
UDN — 1 Irineu Bornhausen
UDN — 3 Zacarias Assumpção
UDN — 4 Sergio Marinho
PTB — 1 Lima Teixeira
PTB — 2 Saulo Ramos
Reuniões Quintas-feiras às 16 horas
Secretário: José Soares de Oliveira Filho.

Comissão de Agricultura

PTB — Nelson Maculan — Presidente
PSD — Eugênio Barros — Vice-Presidente
PSD — Alô Guimarães
PSD — Paulo Fernandes
UDN — Lopes da Costa
UDN — Ovidio Teixeira
PTB — Fausto Cabral (7)

SUPLENTES

PSD — Pedro Ludovico
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Sebastião Archer
UDN — Del Caro
UDN — Irineu Bornhausen
PTB — Caiado de Castro.
PTB — Lima Teixeira

Reuniões Quintas-feiras às 16 horas
Secretário: José Aristides de Moraes Filho.

Comissão de Educação e Cultura

PSD — Menezes Pimentel — Presidente
PL — Mem de Sá — Vice-Presidente
PSD — Jarbas Maranhão
PTB — Saulo Ramos
PTB — Arlindo Rodrigues
UDN — Reginaldo Fernandes
UDN — Padre Calazans

SUPLENTES

PSD — Lobão da Silveira
PSD — Alô Guimarães
UDN — Lino de Mattos (do PTN)
PTB — Caiado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloisio de Carvalho

Reuniões às quartas-feiras, às 16,00 horas — Secretária: Maria Helena Bueno Brandão.

Comissão de Finanças

UDN — Daniel Krieger — Presidente
PSD — Ary Vianna — Vice-Presidente

PSD — Eugênio Barros
PSD — Paulo Coelho
PSD — Gaspar Velloso
PSD — Lobão da Silveira
PSD — Victorino Freire
UDN — Irineu Bornhausen
UDN — Fernandes Távora
PTN — Lino de Mattos
UDN — Lopes da Costa
PTB — Nogueira da Gama
PTB — Barros Carvalho
PTB — Saulo Ramos
— Dix-Huit Rosado
PL — Mem de Sá (17)

SUPLENTES

PSD — Silvestre Péricles
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Jorbas Maranhão
PSD — Menezes Pimentel
PSD — Pedro Ludovico
PSD — Filinto Müller
UDN — Coimbra Bueno
UDN — Zacharias de Assumpção
UDN — João Arruda
UDN — Milton Campos
UDN — João Villasbôas
UDN — Del Carc
PTB — Fausto Cabral
PTB — Vivaldo Lima
PTB — Arlindo Rodrigues
PTB — Caiado de Castro
PTB — Lima Teixeira
PL — Aloysio de Carvalho

Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas.

Secretário — Renato de Almeida Chermont.

Comissão de Legislação Social

PTB — Lima Teixeira — Presidente
PSD — Ruy Carneiro — Vice-Presidente

PSD — Lobão da Silveira
PSD — Menezes Pimentel
UDN — Afonso Arinos
UDN — Lopes da Costa
UDN — Afrânio Lages
PTB — Caiado de Castro
PTB — Arlindo Rodrigues (9)

SUPLENTES

PSD — 1. Sebastião Archer
PSD — 2. Silvestre Péricles
PSD — 3. Eugênio Barros
UDN — 1. Dix-Huit Rosado
UDN — 2. Padre Calazans
UDN — 3. Heribaldo Vieira
PTB — 1. Barros Carvalho
PTB — 2. Lourival Fontes
PTB — 3. Nelson Maculan.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário, Gerardo Lima de Aguiar.

Comissão de Saúde Pública

UDN — Reginaldo Fernandes — Presidente.
PSD — Alô Guimarães — Vice-Presidente.
UDN — Fernandes Távora
PSD — Pedro Ludovico
PTB — Saulo Ramos — (5)

SUPLENTES

PSD — Eugênio Barros
PSD — Jarbas Maranhão
UDN — Lopes da Costa
UDN — Sérgio Marinho
PTB — Arlindo Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

Secretário: Eduardo Rui Barbosa.

Comissão de Serviço Público Civil

Presidente: PL.
Senador Aloysio de Carvalho
Vice-Presidente PSD.
Senador Jarbas Maranhão
Senador Silvestre Pericles — PSD.
Senador Padre Calazans — UDN.
Senador Coimbra Bueno — UDN.
Senador Caiado de Castro — PTB.
Senador Fausto Cabral — PTB.
SUPLENTES: PSD.
Senador Ruy Carneiro — PSD.
Senador Benedicto Valladares — PSD.
Senador Sérgio Marinho — UDN.
Senador Reginaldo Fernandes — UDN.
Senador Nelson Maculan — PTB.
Senador Lourival Fontes — PTB.
Senador Mem de Sá — PL.

Secretário: Ronaldo Ferreira Dias — Oficial Legislativo — PL-8.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Relações Exteriores

PTB — Vivaldo Lima — Presidente.
UDN — João Villasbôas — Vice-Presidente.
UDN — Afrânio Lages.
UDN — Heribaldo Vieira.
PSD — Benedicto Valladares
PSD — Gaspar Velloso
PSD — Filinto Müller
PTB — Lourival Fontes
PL — Aloysio de Carvalho (9)

SUPLENTES

UDN — Milton Campos
UDN — João Arruda
UDN — Sérgio Marinho
PSD — Menezes Pimentel
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Alô Guimarães
PTB — Nogueira da Gama
PTB — Barros Carvalho
PL — Mem de Sá

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Comissão de Redação

Sérgio Marinho — Presidente (UDN)

Ary Vianna — Vice Presidente (PSD)
Alô Guimarães (PSD)
Affonso Arinos (UDN)
Lourival Fontes (PTB)
1 Padre Calazans (UDN)
2 Heribaldo Vieira (UDN)
1 Caiado de Castro (PTB)
2 Lobão da Silveira (PSD)
Secretário — Sara Abraão — Oficial Legislativo.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES			FUNCIONÁRIOS		
Capital e Interior			Capital e Interior		
Semestre	Cr$	50,00	Semestre	Cr$	39,00
Ano	Cr$	96,00	Ano	Cr$	76,00
Exterior			Exterior		
Ano	Cr$	136,00	Ano	Cr$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes sòmente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr$ 0,50

Comissão de Segurança Nacional

UDN — Zacarias Assumpção — Presidente.
PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Silvestre Péricles
UDN — Sergio Marinho
PTB — Caiado de Castro
PTB — Arlindo Rodrigues (7)

SUPLENTES

PSD — Jarbas Maranhão — Vice-Presidente.
PSD — Ruy Carneiro
PSD — Jorge Maynard
PSD — Victorino Freire
UDN — João Arruda
UDN — Afrânio Lages
PTB — Saulo Ramos
PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

PSD — Jorge Maynard — Presidente.
UDN — Coimbra Bueno — Vice-Presidente.
PSD — Victorino Freire
UDN — João Arruda
PTB — Fausto Cabral (5)

SUPLENTES

PSD — Jefferson de Aguiar
PSD — Paulo Coelho
UDN — Sergio Marinho
UDN — Lino de Mattos
PTB — Nelson Maculan

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas
Secretário: Ronaldo Ferreira Dias.

ATA DA REUNIÃO DE 25 DE SETEMBRO DE 1962 — 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4ª LEGISLATURA

PRESIDÊNCIA DO SR. MATHIAS OLYMPIO

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Mathias Olympio — Fernandes Távora — Aloysio de Carvalho — Frederico Nunes — Guido Mondin. —

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 5 Srs. Senadores. Não há, portanto, número para abertura da sessão.

A Mesa aguardará, por trinta minutos, que se complete o "quorum" necessário.

O Sr. Mathias Olympio reassume a Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

Perdurando a falta de numero, vou encerrar a presente reunião, designando para a próxima sessão a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 26 de setembro de 1962

(Quarta-feira)

Matéria em regime de urgência

1

Votação em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1960, de autoria do Sr. Senador Caiado de Castro, que dispõe sôbre o tempo de serviço prestado em Brasília, por servidor público, civil ou militar (em regime de urgência, nos têrmos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 571, de 1962, aprovado na sessão ordinária de 13 do mês em curso); tendo Pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça: n.º 331-61, favorável ao projeto, com a emenda que oferece (n.º 1-CCJ); n.º 692-61, pela constitucionalidade do substitutivo da Comissão de Finanças; da Comissão de Legislação Social: n.º 382-61, favorável ao projeto e à emenda número 1-CCJ; da Comissão de Serviço Público Civil: n.º 693-61, favorável ao substitutivo e contrário à emenda 1-CCJ; de Finanças: n.º 333-61, oferecendo substitutivo e dependendo de pronunciamento das mesmas Comissões sôbre a emenda de Plenário.

2

Discussão em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 137, de 1961 (n.º 2.645-57 na Casa de origem) que proíbe o utilização dos "fundos de assistência" para o pagamento de pessoal e aquisição de material, despesas administrativas, gratificações "pro labore" e dá outras providências (em regime de urgência, nos têrmos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 570, de 1962, aprovado na sessão extraordinária de 13 do mês em curso), dependendo de pronunciamento das Comissões de Legislação Social; de Serviço Público Civil e de Finanças.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 32, de 1961 (n.º 1.221-56, na Casa de origem) que cria o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (em regime de urgência, nos têrmos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 572, de 1962, aprovado na sessão ordinária de 13 do mês em curso), dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça; de Relações Exteriores; e de Serviço Público Civil

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1962 (art. 2.427-60, na Casa de origem, que eleva os limites de seguro obrigatório para o transporte aéreo de passageiros no território nacional e dá outras providências (em regime de urgência, nos têrmos do art. 330 letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 586, de 1962, aprovado na sessão de 14 do mês em curso), dependendo de pronunciamento das Comissões de Economia; e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

5

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 50, de 1962 (n.º 1.983, de 1352, na Casa de origem), que autoriza as Caixas Econômicas Federais a financiar a aquisição de máquinas de costura destinadas às famílias dos trabalhadores e dá outras providências (em regime de urgência, nos têrmos do art. 330 letra c, do Regimento Interno em virtude do Requerimento n.º 585, de 1962, aprovado na sessão de 14 do mês em curso), dependendo de pronunciamento das Comissões de Constituição e Justiça; de Legislação Social e de Finanças.

6

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 21, de 1952, de autoria do Sr. Mozart Lago, que estabelece indenização para casos de aprisionamento injusto (em regime de urgência, nos têrmos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento n.º 569, de 1962 aprovado na sessão extraordinária de 13 do mês em curso), dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

7

Matéria em tramitação normal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 42, de 1962 (n.º 2.534-B-39 na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ..... Cr$ 5.000.000,00, para auxiliar o IX Congresso Nacional de Jornalista, realizado em Friburgo (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, o Requerimento do Sr. Senador Jorge Maynard); tendo pareceres favoráveis (ns. 539, 540 e 541, de 1962) das Comissões de Constituição e Justiça; de Educação e Cultura e de Finanças.

8

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 140, de 1960 (n.º 2.183-B-60, na Casa de origem), que autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito de ..... Cr$ 25.000.000,00, destinado a ocorrer à instalação e funcionamento, em Brasília, do Ministério Público do Distrito Federal e da Primeira Subprocuradoria-Geral (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Gilberto Marinho); tendo Parecer favorável, sob n.º 542, da Comissão de Finanças.

9

Discussão em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 27, de 1962, de autoria do Sr. Senador Eugênio Barros, que declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, com sede em São Luís, Estado do Maranhão (incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício, concedida na sessão anterior, a requerimento do autor); tendo pareceres favoráveis (ns. 536 e 537, de 1962), das Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde Pública.

Expediente Despachado

PELO SR. 1º SECRETÁRIO, NOS TÊRMOS DO ART. 158, § 1º, do REGIMENTO INTERNO

Mensagem nº 186 (nº de origem 236), de 21 do mês em curso, do Sr. Presidente da República — Restitui, após sanção, autógrafos do Projeto de Lei nº 4.841-B de 1959, na Câmara dos Deputados e nº 148-62 no Senado, que autoriza a concessão do subvenção de Cr$ 2.000.000,00 à Liga Bahiana Contra a Mortalidade Infantil, para manutenção do Hospital Martagão Gesteira.

De Guaiba RGS — 14-9-62.

Exmo. Sr. Dr. Auro Moura Andrade.

Presidente do Senado Federal.

Brasília.

Maioria Câmara vereadores Guaiba R. S. comunica Vossência completa ordem êste município, com população entregue seus afazeres quotidianos. Em nosso município nenhum indício, remoto que seja, autoriza Exmo. Senhor Dr. General Comandante Terceiro Exército. Povo gaúcho aguarda sereno decisões Congresso, disposto cumprí-las pt Saudações Elzo Jardim — Presidente.

Senador Auro Moura Andrade

Presidente Senado Federal

De Copacabana Rio GB 60 3007 70 6 2400

6-9-62

Vimos comunicar V. Excia. que êste Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil Secção do Estado da Guanabara, decidiu prestigiar em tôda a sua plenitude o poder soberano do Congresso que saberá certamente dentro de sua competência incontrastável, assegura a ordem jurídica, a paz e a confiança nas instituições democráticas pt Raul da Cunha Ribeiro, Presidente.

São Paulo, 14 de agôsto de 1962

Excelentíssimo Senhor Senador

Dr. Auro Soares de Moura Andrade

Digníssimo Presidente do Senado Federal.

A Ação Democrática Parlamentar de São Paulo, sentindo a gravidade da hora que passa e de como se acha angustiada a Pátria brasileira, vem trazer seu apoio e integral solidariedade a Vossa Excelência e aos demais Senadores da República que com clarividência e patriotismo defendem a democracia em nosso país.

Agora que contra o regime se pretende desferir um golpe de morte sob o manto da pretendida delegação de poderes pleiteada pelo Conselho de Ministros, esta entidade espera que essa Augusta Casa saiba repelir a delegação que outra cousa não é se não desfarçada usurpação e ofensa ao princípio da divisão dos poderes, um dos postulados do regime democrático. Dentro da lei, e sem intervenção indébita do Poder Executivo no campo reservado, com exclusividade, ao Poder Legislativo, saberão os Egrégios Senadores, inspirados no patriotismo de que estão revestidos, encontrar meios e modos legais, para a solução dos males de ordem econômica, social e política, que aflige à comunidade nacional.

Vale-se a Ação Democrática Parlamentar de São Paulo desta oportunidade para novamente reiterar sua confiança no Egrégio Senado da República, sob a presidência excelsa de Vossa Excelência.

Pelos outros 51 Senadores Deputados componentes da Ação Democrática Parlamentar de São Paulo Deputada Conceição da Costa Neves, Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

De Rio de Janeiro — GB — 6-9-62.

Dr. Auro Moura Andrade.

Senado Federal.

Brasília.

Diretoria Sociedade Nacional de Agricultura tomou conhecimento teor Projeto Decreto Legislativo 141-A-62 *com processo favorável Comissão Especial* qual prevê extinção Serviço Social Rural. Não podia esta entidade deixar manifestar Vossência sua preocupação antes possibilidade concretização idéias que se pretende estender assistência social homem campo. Agradecendo antemão atenção dispensada nosso apêlo apresentamos respeitosamente sds *Luiz Simões Lopes*, Presidente.

De Rio — GB — 16-8-62.

Exmo. Sr. Senador Auro Moura Andrade.

Presidente Senado.

Brasília.

Mineradores filiados Sindicato Nacional Indústria Extração Ferro Metais Básicos, reunidos apreciar Mensagem *nº 10, particularmente* no que se refere projeto nº 146 pertinente suas atividades, com devida vênia vem protestar contra têrmos em que ali é posta solução importante problema, através medidas que não consultam relevantes interêsses economia nacional, *além violarem ordem jurídica vigente* facultando extinção direitos e garantias assegurados Lei Magna, e criando ainda sérios embaraços à indústria mineração vinha se desenvolvendo tão promissoramente pela iniciativa pri-

vada, que está a reclamar merecido apoio govêrno, em vez restrições contidas referido projeto. Atenciosos cumprimentos *Jair Rêgo de Oliveira*, Presidente.

Y97 — OER 5.077 — WIEN — 26 — 27 — 1625.

Presidente Senado Moura Andrade.

Brasília.

27-8-62.

Tendo conhecimento aprovação mensagem presidencial designando-me Embaixador Lima peço vênia manifestar Vossência reconhecimento confiança em mim depositada pedindo exprimí-lo egrégios pares pt Respeitosamente *Raulbopp*.

De São Paulo — 13-9-62.

Senador Auro Moura Andrade.

Presidente Senado.

Brasília.

Comunicamos Vossência assumimos Presidência Conselho Superior Agricultura Estado São Paulo que agremia dez maiores entidades agrícolas paulistas: Associação Paulista Cafeicultores, Associação Brasileira Criadores Gado Holandês, Associação Brasileira Criadores Gado Gir, Sociedade Brasileira Silvicultura, Associação Paulista Avicultura, Associação Paulista Criadores Bovinos, Sociedade Rural Brasileira, Associação Fornecedores Cana Estado São Paulo, FARESP. Estas entidades representam totalmente agricultura paulista, *estão imbuídas alto* propósito cooperar autoridades constituídas estudo solução graves problemas economia nacional pt Respeitosas saudações *Clóvis Salles Santos*, Presidente Conselho Superior Agricultura São Paulo.

De São Paulo — SP 16-8-62

Excelentíssimo Senhor Auro Moura Andrade, Presidente Senado Federal

A Federação Comércio Estado São São Paulo, entidade congrega setenta oito sindicatos, cumprindo deliberação sua Diretoria, pede venia vir presença Vossencia a fim manifestar apreensões comércio paulista projeto Câmara 3.600-61, virtude dificuldades aplicações alguns casos atingir apenas efeitos inflação, aumentar atritos comerciantes versus consumidores e conseqüentemente não alcançar nobres propósitos visados seu autor. Atenciosamente pt. Brasílio Machado Neto, Presidente.

De Pelotas — RS — 12-9-62

Exmo. Sr. Dr. Auro Moura Andrade, Presidente Senado Federal

Conferente VGRGS, abaixo assinados denunciam Vossencia haver sido suspensas, mediante simples ato administrativo Sr. Superintendente esta estrada, a aplicação Leis Federais ns. 3.780 e 3.826, de 1960. Lesados em seus direitos individuais e entendendo que referido ato além de atentar contra a ordem jurídica representa também verdadeira afronta ao Poder Legislativo, signatários vêm presença de Vossência solicitar providências cabíveis a fim de que as leis sejam cumpridas. Respeitosamente Adriano Rodrigues de Oliveira Hemenegildo Porto dos Santos, Eleuterio Lemos Adriano Avila, Jorge Fábião, Orlando Santiago, Casimiro Cesar, Otacilio Francioni Lourival Souza, Teofilo Pinto Francisco Moura Alves, Luiz Bento Neto, Secundinamarques, Olavo Ruas, Francisco Gonçalves, Fernando Pinheiro Lourira Barreto, Laci Marminchi, Edgar Machado, Darci Almeida, Rui Cardoso, Aldrovando Loureito, Adi Curi Domingos Carreira, Roberto Del Grande.

De Itambacuri MG 347 82 18 9 — 18-9-62

Presidente Senado Federal

Faltando-nos garantias para livre manifestação pensamento pleito 7 outubro próximo, não nos inspirando nenhuma confiança atuação policial estadual francamente partidária, solicitamos Vossência fôrça federal para passagem apuração pleito pt Sem efetivação esta medida não representará realidade vontade popular pois eleitorado poderá ser coagido pela polícia estadual. Sds respeitosas Ismar de Bessa Couto Presidente do PSD Hildebrando Cabral Presidente da Câmara Municipal Dr. Antonio Firmato de Almeida Prefeito Municipal.

Exmo. Sr. Senador Auro Soares de Moura Andrade, DD. Presidente do Senado Federal

O Movimento Social Cristão, movimento do povo, pelo povo, com adesão de treze Paróquias, Igrejas Evangélicas, entidades culturais, beneficentes e esportivas do bairro do Ipiranga, São Paulo e compreendendo ... 200.000 dos habitantes dêste populoso bairro fabril, tem a honra de levar a V. Ex.ª um "Abaixo Assinado", anexo, expressivo no seu número de assinaturas, que significa a *vontade do povo, que tem por fim*, pedir que seja equilibrado o Orçamento da União para 1963 e que retenha as emissões, a inflação que destrói a Nação e agrava em extremo a vida do povo humilde, que vive do salário.

Pedimos a V. Ex.ª que se digne dar a devida atenção e publicidade a êste abaixo assinado e a inúmeros outros neste sentido, que estão sendo encaminhados à Câmara Federal e ao Senado.

O Povo que elegeu os seus representantes, o Povo do qual nos têrmos da Constituição "emana tôda a autoridade", tem o direito, o dever de vigilância, sôbre os seus mandatários; e de norte a sul, de leste a oeste da Pátria o povo se levanta em movimentos democráticos para a resolução dos problemas fundamentais da vida do homem, e angustiantes da hora atual.

O Povo não pode mais viver sob êsse clima inflacionário, que é a causa principal do vertiginoso encarecimento dos gneros de primeira necessidade.

E' premente que seus governantes tenham os olhos mais para o povo e para a Pátria.

Pois, confiando no alto patriotismo de Vossa Excelência e aguardando as medidas que deverão ser tomadas, que o Povo do Ipiranga, de São Paulo saberá agradecer.

Cordiais saudações.

Pelo Movimento Social Cristão.
Pe. *Mario Marques e Serra*.

R. Labatute, 631 — Ipiranga — São Paulo.

Segue-se memorial com 3.610 assinaturas.

Rio de Janeiro, 6 de agôsto de 1962

Senhor Senador:

A crise por que passa o País fêz *reunirem-se, pela primeira vez*, nesta cidade, todos os órgãos de cúpula civis e sindicais, representativos nos Estados ou no plano nacional, das atividades econômicas, estejam elas nos domínios de Bancos e seguros ou nos setores comercial, industrial, agrícola, pecuário, e de transporte.

Nessa reunião, as classes produtoras procederam a um exame largo e em profundidade, da situação política, econômica e social da comunidade brasileira. Após uma ampla troca de pontos de vista entre tôdas as delegações, formularam-se as conclusões a seguir enunciadas.

Conclusões

a) O abastecimento é o problema que exige medidas imediatadas e urgentes, as quais devem compor uma política de fetivo fomento à produção. De conformidade com pronunciamentos e memoriais anteriores, dirigidos ao Poder Público, urge destacar, entre elas: efetivação da garantia de preços mínimos no devido tempo e em bases reais; financiamento fácil e a juro módico condicionado à autosuficiência da emprêsa agrícola no tocante aos produtos da lavoura de subsistência; garantia de transporte para escoamento das safras e a criação de uma rêde nacional de silos, armazéns e frigoríficos, que evite as grandes perdas e desperdício de produtos alimentícios, constantemente observadas, bem como assistência técnica. Através da conjugação dessas providências será possível melhorar, progressivamente, o abastecimento em todo o território nacional;

b) Ao lado dessas medidas especificamente ligadas à precária situação alimentar do povo, prestigiam as classes produtoras as iniciativas e esforços destinados a acelerar a consecução de reformas essenciais;

c) No que se refere ao problema de salários e vencimentos, reconhecem que as melhorias concedidas foram em grande parte justas, notando-se, porém, em algumas atividades, ausência de qualquer sens de medida, com indisfarçáveis exageros, enquanto que em outros, ao contrário os níveis não foram suficientes, como se observa em especial nos setores educacional e militar, neste, particularmente em relação aos primeiros estágios do oficialato e aos graduados de nossas Fôrças Armadas, onde se impõe revisão;

d) Tem constituído um ideal permanente do povo brasileiro, manifestado através dos mais eloqüentes pronunciamentos a implantação de um regime de moralidade e austeridade na administração da cousa pública, sem o que deixam de atingir adequadamente seus objetivos as mais acertadas reformas, apesar das elevadas intenções em que tenham se inspirado;

e) E' indispensável uma política financeira fundamentada nesse espírito de austeridade, que elimina as despesas públicas suntuárias e demais dispêndios cuja supressão não prejudique o ritmo do desenvolvimento. O fim último dessa política será o de alcançar, através de etapas sucessivas, um regime de moeda estável, e ela terá de ser integrada por um elenco de providências, capaz de reduzir a velocidade do processo inflacionário;

f) As classes produtoras estão dispostas a dar tôda a cooperação ao seu alcance, dentro das diretrizes mencionadas valendo-se da experiência e vivência que têm dos problemas econômicos, buscando as soluções mais condizentes com os interêsses nacionais;

g) Confiam as classes no patriotismo dos altos dirigentes do País, mas reconhecem estarem sendo sabotados por uma minoria infensa ao espírito da nacionalidade, que se apossa, progressivamente, de postos-chave dos quadros administrativos Urge, por isso, que seja reformulada a atitude governamental de tolerância ou indiferença com que está sendo encarada essa minoria;

h) No domínio político lançam-se as classes produtoras numa campanha de esclarecimento nacional sem preferências partidárias, para que o eleitorado brasileiro, comparecendo em massa ao pleito de 7 de outubro vindouro, possa consagrar nas urnas os candidatos que, por seu passado e por sua fidelidade aos princípios democráticos *representem garantia* de perseverança do regime.

i) Reconhecem as classes produtoras que a Igreja e as Classes Armadas continuam, como sempre fiéis aos verdadeiros destinos do Brasil e, por isso, formam, hoje, uma inabalável união nacional, ao lado dessas fôrças, para apoiar as legítimas reivindicações dos que trabalham, preservar a nossa formação cristã e manter intactas as instituições da vida que significam a continuidade da vida nacional e o penhor de nossa soberania.

Trazendo ao alto conhecimento de V. Ex.ª as conclusões acima, as classes produtoras do Brasil querem assegurar-lhe que sòmente as animam o propósito de contribuirem com seu esfôrço para a manutenção da ordem jurídica, a segurança do regime democrático e o engrandecimento do Brasil no plano econômico, social e político.

Queira aceitar, Exmo. Sr. Senador, os protestos de respeitosa consideração e alto aprêço.

Atenciosamente, *Domicio Velloso da Silveira*, Presidente da Confederação Nacional da Indústria. — *Charles Edgar Moritz*, Presidente da Confederação Nacional do Comércio. — *Ruy Gomes de Almeida*, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil. — *Iris Meinberg*, Presidente da Confederação Rural Brasileira. — *Fortunato Peres Júnior*, Presidente da Confederação Nacional de Transportes Terrestres — *Cláudio de Almeida Rossi*, Presidente da Federação Nacional das Emprêsas de Seguros Privados e Capitalização. — *Bento Ribeiro Dantas* Presidente do Sindicato Nacional das Emprêsas Aeroviárias — *Paulo Ferraz* Presidente do Sindicato Nacional das Emprêsas de Navegação Marítima. — *Jorge Oscar Mello Flôres*, Presidente do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SENADOR AFONSO ARINOS NA SESSÃO EXTRAORDINARIA DAS 21,30 HORAS, DE 13 DE SETEMBRO DE 1962, QUE SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. AFONSO ARINOS:

Sr. Presidente, estamos em um momento de definições, em que todos os homens públicos responsáveis, dêste país, devem assumir aquelas atitudes *que lhes são ditadas pela sua consciência* e pelo seu senso de responsabilidade. É com êste empenho que venho à Tribuna, fazendo justiça às posições porventura contrárias, dos meus ilustres pares, nas quais encontro muito de fundamento e muito de substância, como acaba de demonstrar, no seu brilhante discurso, meu eminente colega e prezado amigo Senador Mem de Sá.

Mas, reclamo, e reclamo em nome de um passado invariàvelmente dedicado, embora com humildade e com modéstia, à defesa da democracia e do interêsse público do nosso país, reclamo que me seja também concedida esta oportunidade de vir aqui exprimir, respeitosamente, perante o Senado e a Nação, aquelas razões que me levam, em nome do meu senso de responsabilidade, e em nome da minha consciência, a adotar posição oposta àquela que aqui foi expressa pelo eminente representante do Rio Grande do Sul.

Acabo de deixar o Ministério das Relações Exteriores, antes mesmo que o Sr. Presidente do Conselho de Ministros, o ilustre professor Brochado da Rocha, o faça, da sua função do Primeiro Ministro, conforme o que hoje ficou assentado na reunião o Gabinete. Acabo de deixá-lo porque entendido que era do meu dever, desde que o Senado decidiu discutir e votar esta questão na sessão desta noite, não faltar à convocação do Senado, *não faltar à oportunidade* de me manifestar para, não direi defender, porque não tenho necessidade de defesa, mas de exprimir as razões pelas quais votarei a favor do projeto ora em discussão.

O Sr. Barros Carvalho — Permite V. Exa.?

O SR. AFONSO ARINOS — Com muita honra.

O Sr. Barros Carvalho — Estou certo, seguro, de que quando o nobre Se-

nador Mem de Sá ao se referir ao Gabinete que está prestes a renunciar, dizendo que êle não passava de papel carbono", estou certo de que S. Exa. não se referia à figura emérita de V. Exa.

O SR. AFONSO ARINOS — Obrigado a V. Exa. É claro que aceitarei qualquer tipo de crítica à minha atuação no Ministério das Relações Exteriores, ou em qualquer outro pôsto que tenha exercido em minha modesta vida pública, com moderação, cordura e respeito. Claro, desde que esta crítica não transponha aquêles limites em que possa ser suscitado o problema da dignidade pessoal, em que evidentemente minha reação será aquela que seria a de qualquer outro dos membros desta Casa.

O Sr. Mem de Sá — V. Exa. sabe que a estima que lhe voto e a admiração que tenho por V. Exa. não permitiriam que eu pretendesse atingi-lo na sua dignidade pessoal.

O SR. AFONSO ARINOS — Muito obrigado a V. Exa., mas mesmo essa declaarção de Gabinete de papel carbono, declaração um pouco vivaz na sua forma, um pouco, como direi, vigorosa na sua expressão, está dentro de um âmbito de arbítrio e opinião que respeito.

Mas Sr. Presidente queria colocar a minha posição de forma a não tomar muito tempo ao Senado. Fui para o Ministério nas condições que tive, mais de uma vez, ocasião de anunciar. Quando convocado, por telefonema internacional, me encontrava no exercício de missão que muito me atraia e da qual fiz relato ao Senado.

Informado das diversas dificuldades criadas em tôrno da indicação de meu nome, sugeri, não só ao Presidente designado do Conselho, como também ao Sr. Presidente da República, a conveniência de que fôsse organizado imediatamente o Gabinete, por causa da repercussão desastrosa que a crise política demorada teria, não apenas nos aspectos internos da nossa vida pública, mas também na sua repercussão internacional. Insisti no sentido de que o meu nome não fôsse, de forma alguma, obstáculo a qualquer combinação que pudesse impedir a formação imediata do Gabinete. Soube por S. Exa. que, ao contrário, a minha recusa poderia criar um problema político, quiçá um problema que transpunha talvez a órbita pròpriamente política, e que a minha recusa é que deveria ser meditada por mim. E o apêlo reiterado era para que eu aceitasse minha indicação.

Integrado no Gabinete, dediquei-me exclusivamente aos interêsses da minha Pasta. Compreendo que haja sôbre a nossa atuação posições divergentes. Respeito-as, mas exijo também que se respeitem as razões que determinaram a nossa ação. Não está isso em debate, no momento, e se vier ao debate terei oportunidade de dêle participar.

No exercício das funções no Ministério das Relações Exteriores, mais de uma vez tive oportunidade de também me manifestar a propósito de situações políticas internas. Ainda recentemente o fiz, em duas ocasiões A primeira foi quando, por motivos que não interessa esmiuçar, levantou-se a possibilidade de levar-se a efeito a intervenção federal em um dos Estados da Federação, que é aquêle que represento no Senado. Nessa ocasião, manifestei-me redicalmente contrário e o fiz fundado em uma profunda convicção de natureza constitucional, isto é, de que as razões invocadas e o preceito arguido não tinham qualquer relação com os atos ou com os fatos que diziam servir de motivo à invocação dêsses preceitos e dessas razões.

Hoje, também, Sr. Presidente, quando no Gabinete se discutiu o problema da confiança para a antecipação da manifestação popular a respeito ao Ato Adicional, fui dos que divergiram e mesmo em primeiro lugar, da posição do Presidente do Conselho, declarando que não me parecia que o problema da confiança pudesse ser colocado de maneira adequada, exigindo a solidariedade política dos componentes do Ministério, em uma questão sôbre a qual havia divergências dentro do Ministério. Eu me manifestava divergente ante a conceituação do Presidente do Conselho, com referência aos fundamentos da questão de confiança, e minha posição de divergência é que não aceitava a alegação de ilegitimidade do Govêrno que amanhã deve deixar o poder. E não aceitava, Sr. Presidente, porque esta alegação de ilegitimidade me parecia absolutamente contrária àquilo que se colhe da leitura do texto constitucional.

Esta idéia da concomitância de uma ordem legal ante uma situação ilegítima, não é id ia recente. Sabe V. Exa. que apareceu, em primeiro lugar, em livro de teoria política do Guilherme Ferrero e, depois, do Professor alemão Carl Smidt a ideia de uma legitimidade, em choque com o princípio da legalidade. No caso de Guilherme Ferrero havia a circunstância de ser o ilustre escritor um exilado do fascismo italiano, que vivia em Genebra como professor da Universidade. Portanto havia uma evidente preocupação política, polêmica, partidária, nessa teoria que êle criou no seu fabuloso livro sôbre o poder exatamente no desejo de apresentar ao mundo a estrutura jurídica do seu País, a Itália fascista, como sendo uma estrutura legal, isto é, acervo de normas que eram executadas coativimente por um Estado, mas que não emanavam das fontes autênticas do consentimento popular.

Esta situação não se repetiu no Brasil na vigência do Ato Adicional, porque, se é verdade que a Constituição, no seu Ar. 2º, diz que todo poder emana do povo, também é verdade que, nesse mesmo artigo, ela diz que em seu nome será exercido. Óra, se em artigos adiante a Constituição declara que os Deputados são representantes do povo — e não dos partidos — é evidente que os parlamentares são aquêles órgãos do poder político capazes de exprimir aquelas concepções do povo, que emanam do povo. É exatamente esta a razão do sistema representativo.

O Sr. Daniel Krieger — Perfeito.

O SR. AFONSO ARINOS — Portanto, nunca aceitei a tese da ilegitimidade .Participei da confecção do Ato Adicional, nêle colaborei com tôdas as fracas possibilidades de que pude dispor, e estava certo de que o Ato Adicional, não tendo infringido nenhuma disposição regimental, nenhuma disposição constitucional, nenhum princípio jurídico, era o instrumento suficiente para a criação de um sistema jurídico legítimo.

Declarei em palavras tão claras como as que agora uso, razões que não me permitiam considerar como de confiança a questão fundada no plebiscito, sob o pretexto de que seria o restabelecimento da legitimidade.

Daí a decisão do Gabinete de renunciar por motivos políticos, isto é, pela consciência, a que chegou, de que não dispunha das condições necessárias para enfrentar e resolver a crise política. E é claro, sendo esta uma decisão privativa do Presidente do Conselho, o Gabinete com êle solidário, deve retirar-se.

Mas, Sr. Presidente, objetivando meu discurso, quero enfrentar os temas suscitados pelo nosso eminente colega, Senador Mem de Sá. Tenho dúvidas sôbre a constitucionalidade da lei que vamos votar; tenho dúvidas sôbre ela, mas como se trata de um momento de definição, devo dizer a V. Exa. que as razões que me impelem a votar a favor, dominam as dúvidas que continuam no meu espírito. Uma das razões é o precedente histórico da maior importância, que é o Ato Adicional do Império, votado em 1834, contra o texto expresso da Constituição de 1824.

É conhecida e não vou aqui repetir a história do Ato Adicional; quero apenas lembrar ao Senado que êste até foi votado sem participação do Senado do Império, quando era necessária, no texto da Constituição de 1824, a colaboração da Casa Alta da Assembléia Legislativa Imperial, para confecção de um texto como aquêle.

Foi um dos meus mais ilustres coestaduanos, foi talvez o maior de todos os mineiros que atuaram na vida pública, e ousaria dizer no Império e na República, porque isto não deixa mal a ninguém. Chamou-se Bernardo Pereira de Vasconcelos. Foi êste homem que no momento que votava o Ato Adicional, em que liderou a sua aprovação e acompanhou a sua tramitação, declarou que sabia que estava votando texto de lei que não se coadunava com a letra expressa da Constituição do Império, mas o fazia para atender circunstâncias especiais em que se colocava o problema político do Brasil naquela época.

Sr. Presidente, conta-se até e recolho esta nota de interessantes estudos do Professor Alfredo Valadão sôbre Bernardo Pereira de Vasconcelos no Ato Adicional que quando por iniciativa da Câmara dos Deputados se enviou ao Senado o ofício em que se dava apenas conhecimento da aprovação do texto, disse ou teria dito Bernardo Vasconcelos: "acabamos de promulgar o código da anarquia".

Sr. Presidente, êste código da anarquia votado, por um homem daquela estatura moral e intelectual, aquêle homem que foi como um misto de Mirabeau e de Lincoln, assegurou a paz do Império durante 55 anos, de 1834 a 1889.

A organização Imperial fundada no Ato Adicional criou esta grande Nação que é o Brasil, preparou os alicerces de nosso futuro e foi uma lei evidentemente votada contra o texto da Constituição, não duvidosamente votada como esta lei, mas evidentemente votada.

Sr. Presidente, não quero de forma alguma, nem tenho esta esperança, influir sôbre a posição de meus ilustres colegas. Estou citando, apenas, exemplos cuja magnitude, cuja limpidez, cuja respeitabilidade, falarão mais alto de que minhas pobres palavras, para dar uma justificativa ao humilde mineiro que, tantos anos depois, vem aqui possuído das mesmas razões, convencido dos mesmos motivos, certos das mesmas certezas, votar com tôda a sua consciência, com tôda a sua tranqüilidade de consciência esta lei sôbre a qual se tem dúvidas de natureza constitucional.

Sr. Presidente, continuo parlamentarista, sou parlamentarista, quando vier o plebiscito votarei pela manutenção do parlamentarismo. Mas, a razão de ser parlamentarista é uma a mais que me anima a admitir êste recurso político, democrático, empreendido e levado a efeito livremente por esta Casa do Congresso Nacional, porque Sr. Presidente se o presidencialismo é regime de natureza predominantemente jurídica, o parlamentarismo o é de natureza predominantemente política.

O parlamentarismo é o regime de uma biologia que atua, impregna e exprime com mais vigor a sua essência do que uma anatomia como é principalmente o regime presidencial, o regime das formas, o regime das estruturas, ao passo que o Parlamentarismo é o da vida, é o regime das trocas, é o regime das possibilidades das criações políticas, para resolver os problemas políticos, através dos corpos políticos. E, portanto, precisamente porque sou parlamentarista é que considero que o Parlamento está em condições de, num momento da gravidade e da delicadeza dêste que estamos vivendo, utilizar a faculdade de ser o poder supremo dêste regime, para dar uma solução parlamentarista à crise política com que nos defrontamos.

E' exatamente porque sou parlamentarista, que votarei nesta solução parlamentar, para evitar o desfecho que eu desejo, do fundo do meu coração, não seja aquêle que receio. Nunca como hoje desejei tanto estar errado, nunca como hoje desejei tanto estar dando um voto inútil, um voto de que me venha arrepender tenha sido dado. Não é, Sr. Presidente, a preocupação de querer estar certo, depois, que me leva a votar. É realmente a preocupação de poder trazer aqui a cooperação da minha consciência e da minha boa-fé, para votar uma solução que poderá evitar situações de que aqui não entrarei em pormenores, para analizá-las ou exprimí-las, porque não quererei passar pela injúria de supor que, de qualquer forma, posso atuar por via maneira de pensar dos meus ilustres de intimidação para formação da colegas.

A solução, sendo parlamentar, é democrática; porque é uma solução que vai ser — e aqui divirjo do meu eminente colega, Senador Mem de Sá — votada pelo Senado em plena liberdade e sem coação. Pergunto a todos os Senhores Senadores: qual é de nós que se sente coagido neste momento para votar, que se sente intimidado para manifestar, aqui, a sua opinião a respeito desta lei?

Por conseqüência, é uma solução democrática, porque será adotada por uma Casa democrática, em plena liberdade. E eu, acima de ser parlamentarista, sou democrata; e acima de ser democrata sou brasileiro Voto, por conseqüência, com a preocupação de brasileiro sangrando, com o meu coração de brasileiro apertado, com a minha consciência de brasileiro alertada. Meu voto se superpõe em três escalões: voto como parlamentarista, voto como democrata e voto principalmente como brasileiro, que deseja contribuir, Sr. Presidente, na medida das suas humildes possibilidades, para que não se adense, para que não se agrave, para que não se aprofunde, para que não se aguce, para que não se traumatize a crise que está pairando atualmente sôbre o nosso povo. Não quero que paire sôbre as nossas Instituições apenas, não quero que paire sôbre a nossa Constituição, não quero que paire sôbre os nossos textos, não quero que paire sôbre nossa Organização Jurídica, não quero que paire sôbre o nosso povo, sôbre essa massa exatamente que não está em condições de apreciar aquilo que estamos fazendo, mas estará sempre — e ela principalmente — em condições de sofrer

as terríveis conseqüências que advirão daquilo que nós aqui fizermos.

Sr. Presidente, protesto também — e aqui estou de acôrdo com o nobre Senador Mem de Sá — resisto também, não aceito e reajo também, contra os têrmos do telegrama enviado pelo Comandante do III Exército. Não o aceito, e não é por causa dêle que estou votando, é apesar dêle, é apesar da repulsa que êle me causa *que aqui estou votando. E devo dizer* a V. Exa. que o meu velho amigo de mais de trinta anos, o Sr. General Nelson de Melo, que respondeu a êsse telegrama com uma mensagem severa, mas digna, bem composta, no sentido da sua expressão formal e bem composta no sentido da sua atitude moral — está inteiramente de acôrdo com esta solução, que aqui estamos encaminhando.

Longe de mim, Sr. Presidente, a idéia de trazer a opinião do General Nelson de Melo como uma contribuição militar. Não é isto. Trago, aqui, a opinião do General Nelson de Melo como exatamente a do homem que soube, no momento oportuno, não aceitar aquela advertência, mas que hoje participou, em minha companhia, de reuniões havidas nesta Capital, nas quais *se discutia* a conveniência desta solução e as razões que indicam esta providência.

Achava eu, Sr. Presidente, que teria sido melhor realmente que o Senado esperasse para votar esta medida de hoje; disse isso a V. Exa., e me pareceu, na conversa que tivemos antes; V. Exa. não diferir desta opinião. Mas, o automatismo do processo legislativo exigiu a reunião da sessão e o transcurso da votação.

Teria preferido que o Senado aguardasse a solução que está sendo preparada na outra Casa do Congresso, mas aqui desejo também manifestar ao Senador Mem de Sá a minha divergência ao seu argumento a êsse respeito. O fato de nós aqui votarmos uma solução, não implica em que não aceitemos aquela que me parece realmente mais conveniente do ponto de vista constitucional e que está sendo encaminhada na outra Casa do Congresso.

Poderemos, perfeitamente, dar nosso voto aqui a êsse texto e, no caso de passar a emenda que hoje está sendo votada na outra Casa, aprová-la amanhã. Evidentemente, o remédio constitucional seria superior a êsse remédio puramente legislativo.

A razão que a meu vêr nos leva hoje, a mim, a votar êsse texto é a insegurança, a incerteza sôbre a aprovação *daquele texto que está sendo* estudado pela outra Casa. Nenhum de nós, ninguém, Sr. Presidente, nenhuma cartomante, nenhum arúspice, nenhum previsor do futuro poderá assegurar que em uma reunião de perto de trezentos deputados haverá o *quorum* de dois terços para aprovação daquela medida.

Então, poderemos esperar como possível que o *quorum* de dois terços não seja obtido. Neste caso, terá o Senado dado a sua contribuição, apresentado a sua solução e oferecido seu remédio, seu recurso que será remetido outra Casa do Congresso Nacional, que o examinará com a correção, com a isenção, com a independência necessária e que assumirá a responsabilidade de dar sua recusa, no caso de ser levada a recusá-la.

Sr. Sr Presidente, não quero tomar por mais tempo a atenção do Senado. Ouvi com grande atenção, ouvi com verdadeira preocupação as palavras finais do discurso do eminente Senador Mem de Sá, que dizem respeito à gravidade da nossa situação econômica, ao drama em que se debate e em que definha o povo brasileiro, mas também, aí, é precisamente por estas razões, é precisamente porque concordo com S. Exa., na definição que êle aponta da crise em que se debate o País, que votarei *a favor desta medida que, como Sua* Excelência, não considero essencial à solução dos problemas brasileiros. Como S. Exª, não considero indispensável a aprovação desta lei e a instalação do plebiscito para que aquêles problemas, que S. Exª mencionou, sejam abordados e resolvidos, mas a verdade é que não está em nós, negarmos a fixação política da crise neste problema.

Não digo que o povo brasileiro, nas suas massas mais profundas; nas suas camadas mais recônditas, esteja atribuindo importância ao plebiscito, o que digo é que aquelas camadas das *classes dirigentes que, como tive oportunidade* de dizer, estão em pânico enquanto o povo está tranqüilo, é que essas camadas cristalizam sua emoção, consolidam todos os seus esforços neste problema, talvez até para evitar a atenção e a consideração dos outros. Eu não duvido que muita gente que esteja a favor ou contra o plebiscito esteja querendo fixar, no problema do plebiscito, uma série de medidas e uma *série de esforços dos podêres políticos* brasileiros, a fim de evitar que outros problemas, que trarão dificuldades, que acabarão com os privilégios, que restringirão vantagens, sejam considerados pelo Poder Legislativo do Brasil. (*Muito bem*).

Acredito que isso seja verdade. O que não podemos negar, Sr. Presidente, é que greves têm sido deflagradas, revoluções têm sido suscitadas, dramas têm sido vividos em seguimento à agitações das elites governantes. Não há dúvida de que essas elites governantes do País, estão hoje voltadas para êsses problemas, *embora não esteja* convencido de que sejam êles, certos e justos.

Não há dúvida, entretanto, de que se houver uma situação de ilegalidade, de insurreição, não há de ser pelas causas profundas que angustiam a vida do povo, porque êste está confiante, paciente, tranqüilo, tanto quanto possível, mas sim por causa dêsses ódios, dessas fúrias, dessas vaidades e *ambições das classes* dominantes do Brasil.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, embora não aceite como procedente a alegação de que êsse problema é fundamental *para o nosso País*, e sabendo que as crises se deflagram não porque sejam fundamentais os problemas, darei a contribuição que em mim estiver, para evitar as razões, o pretexto que em tôrno dêsse problema se pode criar para levar o País para o sangue, para a vergonha e para a ilegalidade.

Uma palavra mais, Sr. Presidente. Votarei esta emenda, mas não quero que o Senado tenha dúvida de minha posição em caso de uma situação de ilegalidade, pois estarei sempre lutando com tôdas as armas, pela legalidade, pela manutenção das instituições democráticas. Não estarei jamais a *serviço de qualsquer facções, grupos ou* sistemas de fôrça, que visem afogar aquilo em que creio e que é a manutenção da legalidade democrática e do sistema representativo.

São êsses os laços a que liguei minha vida, pelos quais tenho trabalhado e estarei disposto a morrer. (*Muito bem. Muito bem. Palmas*).